

ORGANIZAÇÃO: MARCOS RAMAYANA
ANA LUIZA SODRÉ DE MORAES
CHRISTIANA SODRÉ DE MORAES



LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA

12ª edição
revista, atualizada
e ampliada

 **EDITORIA**
Jus **PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de Capa: Nook Hok em shutterstock.com

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Fechamento desta edição: 20.03.2023.

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 12.ª edição.

R166c Ramayana, Marcos.
Legislação Eleitoral Brasileira / Marcos Ramayana, Ana Luiza Sodré de Moraes e
Christiana Sodré de Moraes – 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2023.
352 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4415-9

1. Direito Eleitoral. 2. Legislação. I. Ramayana, Marcos. II. Moraes, Ana Luiza Sodré de.
III. Moraes, Christiana Sodré de. IV. Título.

CDD 341.28

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Índice Geral

► CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	19
--	----

► EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016	33
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017	33
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107, DE 2 DE JULHO DE 2020	34
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021	36
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 117, DE 5 DE ABRIL DE 2022	37
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2022	38

► CÓDIGO ELEITORAL

Índice Sistemático do Código Eleitoral	41
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	43

► LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....</i>	96
--	----

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990

<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.</i>	97
--	----

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	104
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

<i>Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.....</i>	106
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	107
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 04 DE JUNHO DE 2010

<i>Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.....</i>	108
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

<i>Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para excluir da incidência de inelegibilidade responsáveis que tenham tido contas julgadas irregulares sem imputação de débito e com condenação exclusiva ao pagamento de multa.</i>	110
--	-----

► LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 (ARTIGO ESPECÍFICO)

Regula a ação popular. 111

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o Estatuto do Índio...... 111

LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências...... 112

LEI Nº 6.236, DE 18 DE SETEMBRO DE 1975

Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral. 114

LEI Nº 6.996, DE 07 DE JUNHO DE 1982

Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências. 114

LEI Nº 6.999, DE 07 DE JUNHO DE 1982

Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências. 116

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências. 117

LEI Nº 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências. 117

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990

Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. 118

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 121

LEI Nº 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991

Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório. 122

LEI Nº 8.350, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre gratificações e representações na Justiça Eleitoral. 123

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) 123

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 (ARTIGO ESPECÍFICO)

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. 128

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências...... 128

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995 (ARTIGO ESPECÍFICO)	
<i>Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.....</i>	129
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.....</i>	129
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996	
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	143
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	143
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.....</i>	177
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Institui o Código Civil.</i>	178
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	179
LEI Nº 10.842, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Cria e transforma cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.</i>	179
LEI Nº 11.300, DE 10 DE MAIO DE 2006	
<i>Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.....</i>	179
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	181
LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009	
<i>Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.</i>	182
LEI Nº 12.875, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013	
<i>Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.</i>	191
LEI Nº 12.891, DE 11 DEZEMBRO DE 2013	
<i>Altera as Leis nos 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nos 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.</i>	192
LEI Nº 12.976, DE 19 MAIO DE 2014	
<i>Altera o § 3º do art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a ordem dos painéis na urna eletrônica.</i>	196
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Código de Processo Civil.</i>	196
LEI Nº 13.107, DE 24 DE MARÇO DE 2015	
<i>Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre fusão de partidos políticos.</i>	197

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)..... 198

LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina..... 199

LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). 208

LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão..... 210

LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral..... 211

LEI Nº 13.831, DE 17 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências..... 215

LEI Nº 13.834, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. 217

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). 217

LEI Nº 13.877, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências..... 221

LEI Nº 13.878, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a fim de estabelecer os limites de gastos de campanha para as eleições municipais..... 225

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001..... 225

LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os

<i>crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.....</i>	226
--	-----

LEI Nº 14.197, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021

<i>Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).....</i>	227
---	-----

LEI Nº 14.208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021

<i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.</i>	229
--	-----

LEI Nº 14.211, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

<i>Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.....</i>	229
--	-----

LEI Nº 14.291, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

<i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.....</i>	231
---	-----

LEI Nº 14.356, DE 31 DE MAIO DE 2022

<i>Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.....</i>	232
--	-----

► DECRETOS

DECRETO Nº 4.199, DE 16 DE ABRIL DE 2002

<i>Dispõe sobre a prestação de informações institucionais relativas à Administração Pública Federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições.....</i>	234
--	-----

DECRETO Nº 7.791, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

<i>Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.</i>	234
---	-----

► DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.....</i>	236
--	-----

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Código Penal.....</i>	239
--------------------------	-----

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Código de Processo Penal.....</i>	239
--------------------------------------	-----

► RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 20.958, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001

<i>Instruções que regulam a investidura e o exercício dos membros dos tribunais eleitorais e o término dos respectivos mandatos.....</i>	243
--	-----

RESOLUÇÃO Nº 21.008, DE 5 DE MARÇO DE 2002	
<i>Dispõe sobre o voto dos eleitores portadores de deficiência.</i>	244
RESOLUÇÃO Nº 21.009, DE 5 DE MARÇO DE 2002	
<i>Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau.</i>	244
RESOLUÇÃO Nº 21.477, DE 28 DE AGOSTO DE 2003	
<i>Dispõe sobre a formação do agravo de instrumento contra decisão que não admitir o processamento do recurso especial.</i>	245
RESOLUÇÃO Nº 21.975, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004	
<i>Disciplina o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas e a distribuição do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).</i>	245
RESOLUÇÃO Nº 22.121, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005	
<i>Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.</i>	247
RESOLUÇÃO Nº 22.607, DE 18 DE OUTUBRO DE 2007	
<i>Dispõe sobre a residência do juiz eleitoral, nos termos dos arts. 93, VII, e 118, da Constituição Federal, do inciso V do art. 35, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 32, do Código Eleitoral, e da Resolução nº 37, de 6 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.</i>	248
RESOLUÇÃO Nº 22.610, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007	
<i>O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, XVIII, do Código Eleitoral, e na observância do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Segurança nº 26.602, 26.603 e 26.604, resolve disciplinar o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária, nos termos seguintes:</i>	248
RESOLUÇÃO Nº 22.747, DE 27 DE MARÇO DE 2008	
<i>Aprova instruções para aplicação do art. 98 da Lei nº 9.504/1997, que dispõe sobre dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados à Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições.</i>	249
RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012	
<i>Estabelece diretrizes gerais para a realização de consultas populares concomitante com eleições ordinárias.</i>	250
RESOLUÇÃO Nº 23.422, DE 6 DE MAIO DE 2014	
<i>Estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências.</i>	254
RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016	
<i>Estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil –, no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	257
RESOLUÇÃO Nº 23.517, DE 4 DE ABRIL DE 2017	
<i>Dispõe sobre a lista triplíce para preenchimento das vagas de juízes dos tribunais regionais eleitorais, na classe dos advogados.</i>	259
RESOLUÇÃO Nº 23.571, DE 29 DE MAIO DE 2018	
<i>Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.</i>	261
RESOLUÇÃO Nº 23.604, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	
<i>Regulamenta o disposto no Título III – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.</i>	276

RESOLUÇÃO Nº 23.618, DE 7 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a designação de zona(s) eleitoral (is) específica(s) para processamento e julgamento das infrações penais comuns contidas na decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do INQ nº 4435/DF, quando conexas a crimes eleitorais e dá outras providências. 296

RESOLUÇÃO Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais. 297

RESOLUÇÃO Nº 23.659, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a gestão do cadastro eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos. 299

RESOLUÇÃO Nº 23.670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre as federações de partidos políticos. 321

RESOLUÇÃO Nº 23.709, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multas e outras sanções de natureza pecuniária, exceto criminais, proferidas pela Justiça Eleitoral. 324

RESOLUÇÃO Nº 23.714, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral. 332

► RESOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)**RESOLUÇÃO Nº 30, DE 19 DE MAIO DE 2008**

Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau. 334

► SÚMULAS SELECIONADAS

Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral 338

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça 340

Súmulas do Supremo Tribunal Federal 340

Súmula Vinculante 340

► ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Índice Alfabético-Remissivo 342